

Edição nº 99 – 12 a 16 de agosto

REFORMA DA PREVIDÊNCIA É APROVADA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Na última quarta-feira (7), a Câmara dos Deputados aprovou em segundo turno, por 370 votos a favor, 124 contra e 1 abstenção, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6/2019, que trata da Reforma da Previdência. Para a aprovação, eram necessários ao menos 308 votos (3/5 dos deputados). Na análise em segundo turno, os deputados rejeitaram os oito destaques apresentados pelos partidos, ratificando integralmente o texto que havia sido aprovado em 10/07/2019, quando da votação da proposta em primeiro turno.

Com a aprovação, a PEC da Reforma da Previdência foi encaminhada em 08/08/2019 ao Senado Federal, tendo sido designado o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) como relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator, inclusive, já fez um apelo aos demais senadores, para que a proposta seja aprovada com o texto que foi encaminhado pela Câmara dos Deputados, evitando-se assim que o texto tenha que retornar à Câmara, o que demandaria mais tempo de análise e debates. Eventuais alterações no texto, como a inclusão dos estados e municípios na Reforma da Previdência, segundo o relator, devem ser encaminhadas na forma de novas PECs, informalmente chamadas de "PECs paralelas".

Segundo as contas do governo, é possível aprovar a Reforma da Previdência no Senado até o fim de setembro de 2019.

Entenda a tramitação da PEC no Senado Federal:

A primeira análise da PEC da Reforma da Previdência no Senado será feita pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), tendo os membros da CCJ o prazo de 30 dias corridos para votar o texto. Segundo o relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), em até três semanas o parecer deve ser entregue, viabilizando o prazo de uma semana para que os demais membros da CCJ analisem o relatório. Após o prazo de vista coletiva, a PEC será colocada em votação. Caso seja rejeitada pela CCJ, a proposta será arquivada.

Uma vez aprovada na CCJ, não será necessária a constituição de uma comissão especial, seguindo a proposta diretamente para o Plenário, que terá o prazo de até cinco sessões para debater e colocar o relatório em votação. Como na Câmara dos Deputados, para a aprovação da PEC será necessário submetê-la a dois turnos de discussão e votação, sendo necessários pelo menos 49 senadores favoráveis à proposta em cada uma dessas sessões.

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócio responsável: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br)

www.tozzinifreire.com.br

Sendo o texto da reforma da previdência aprovado pelo Senado sem alterações, a Câmara dos Deputados será comunicada, e será marcada em seguida uma sessão do Congresso Nacional para a promulgação do texto pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Caso os senadores decidam apresentar emendas, a PEC voltará para a Comissão Especial da Câmara dos Deputados e, depois, ao Plenário da Câmara, devendo as emendas seguir o mesmo rito da proposta original, inclusive no que diz respeito ao quórum de 3/5 para aprovação.

AGENDA DA SEMANA

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)
14/08/2019, ÀS 10H

PEC nº 8/2018, que altera os artigos 22 e 48 da Constituição Federal para acrescentar novos incisos que estabelecem, respectivamente, a competência privativa da União para legislar sobre funcionamento e segurança das instituições financeiras, e a competência do Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República, para dispor sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras, suas operações, serviços, funcionamento e segurança.

Relator: sen. Major Olimpio (PSL-SP)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

PL nº 548/2019, que altera o Código Civil para permitir à assembleia de

condomínios edifícios votar por meio eletrônico ou por outra forma de coleta individualizada do voto dos condôminos, ausentes à reunião presencial, quando a lei exigir quórum especial para a deliberação da matéria.
Relatora: sen. Juíza Selma (PSL-MT)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (CMA)
14/08/2019, ÀS 14H

PLS nº 324/2015, que institui a obrigatoriedade para as novas construções residenciais, comerciais e industriais, públicas ou privadas, incluírem no projeto técnico da obra item referente à captação de água da chuva e seu reuso não potável e dá outras providências.

Relator: sen. Paulo Rocha (PT-PA)
Relatório: pela aprovação, com emendas.

GLOSSÁRIO

PEC: Proposta de Emenda à Constituição
PLP: Projeto de Lei Complementar na Câmara
PL: Projeto de Lei Ordinária na Câmara
PLC: Projeto de Lei Ordinária da Câmara no Senado
PLS: Projeto de Lei Ordinária do Senado no Senado
MP: Medida Provisória
PLV: Projeto de Lei de Conversão
PRC: Projeto de Resolução da Câmara

PRS: Projeto de Resolução do Senado
PDC: Projeto de Decreto Legislativo da Câmara
PDS: Projeto de Decreto Legislativo do Senado
PFC: Proposta de Fiscalização e Controle
RCP: Requerimento de Constituição de CPI
REQ: Requerimento
VET: Veto

PLS nº 2.707/2019, que altera a Lei da Política Nacional de Segurança de Barragens para obrigar o empreendedor de barragens a contratar auditoria externa para fins de disposição final ou temporária de rejeitos de mineração.

Relator: sen. Carlos Viana (PSD-MG)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

13/08/2019, às 10h

PLS nº 400/2016, que determina o prazo limite de 20 dias para o repasse para os estabelecimentos comerciais dos valores relativos às vendas pagas com cartão de crédito.

Relator: sen. Otto Alencar (PSD-BA)

Relatório: pela rejeição.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CDH)

15/08/2019, às 9h

PLS nº 251/2017, que revoga o artigo 507-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que trata da faculdade de empregados e empregadores firmarem termo de quitação anual de obrigações trabalhistas.

Relator: sen. Paulo Rocha (PT-PA)

Relatório: pela aprovação.

PLS nº 253/2017, que altera a CLT para revogar a possibilidade de contratação de trabalhadores na modalidade intermitente.

Relator: sen. Paulo Rocha (PT-PA)

Relatório: pela aprovação.

PLS nº 268/2017, que altera a CLT para limitar a duração do contrato de trabalho a tempo parcial a 25 horas semanais.

Relator: sen. Telmário Mota (PROS-RR)

Relatório: pela aprovação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO

13/08/2019, às 16h

FIQUE DE OLHO

PLV nº 17/2019, originário da MP nº 881/2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica.

Relator: dep. Jerônimo Goergen (PP-RS).

Relatório: pela aprovação, nos termos do PLV.

PL nº 1.292/1995, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Relator: dep. João Arruda (MDB-PR)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCTCI)

14/08/2019, às 10h

PL nº 5.130/2016, que altera o Marco Civil da Internet para proibir o Estado de suspender o acesso a qualquer aplicação de internet e para prever outras modalidades de sanções às empresas de telecomunicações.

Relator: dep. Gustavo Fruet (PDT-PR)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 8.626/2017, que estabelece como abusiva a cláusula de fidelização nos contratos de prestação de serviços.
Relator: dep. Alex Santana (PDT-BA)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 1.776/2019, que altera a Lei das Sociedades por Ações para prever que os registros realizados em órgãos oficiais sejam disponibilizados na Internet em até 24 horas, dispensando a publicação em jornais de grande circulação, e dá outras providências.
Relator: dep. Gustavo Fruet (PDT-PR)
Relatório: pela rejeição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)
13/08/2019, às 14h

PL nº 6.516/2016, que altera o Código de Defesa do Consumidor para obrigar os fornecedores de produtos e serviços que mantenham programas de relacionamento, fidelidade ou sistemas congêneres com seus clientes, a informar o consumidor sobre o vencimento de pontos acumulados com antecedência mínima de 60 dias da data da expiração.
Relator: dep. Lucas Redecker (PSDB-RS)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)
14/08/2019, às 10h

PLP nº 404/2017, que altera o Sistema Nacional de Seguros Privados para dispor sobre o prazo e o procedimento para processamento dos avisos de sinistro por parte das seguradoras.

Relator: dep. Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE-RJ)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 415/2015, que altera a Lei nº 4.591/1964, para dispor sobre a mora do incorporador na entrega da unidade imobiliária autônoma ao proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário dos direitos aquisitivos sobre o imóvel.
Relator: dep. Efraim Filho (DEM-PB)
Relatório: pela rejeição.

PL nº 145/2019, que altera o Código de Defesa do Consumidor para obrigar as instituições bancárias, creditícias, financeiras e securitárias a alertar os consumidores sobre as fraudes mais frequentes, aplicadas por terceiros, relacionadas às suas operações.
Relator: dep. Capitão Wagner (PROS-CE)
Relatório: pela aprovação.

PL nº 151/2019, que cria a modalidade do consumo de energia elétrica pré-paga.
Relator: dep. Felipe Carreras (PSB-PE)
Relatório: pela rejeição.

PL nº 240/2019, que institui subsídio para a compra de energia elétrica pelas concessionárias distribuidoras de energia elétrica para atendimento ao mercado cativo.
Relator: dep. Acácio Favacho (PROS-AP)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 507/2019, que altera o Código de Defesa do Consumidor para estabelecer que o prazo de prescrição de cinco anos relativo à cobrança de débito do consumidor tem seu início na data de vencimento da dívida.

Relator: dep. Capitão Wagner (PROS-CE)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 1.294/2019, que altera a Lei das Telecomunicações para sujeitar as prestadoras de serviços de telecomunicações à suspensão da venda de novos acessos em caso de reiterada aplicação de multas.

Relator: dep. João Maia (PL-RN)

Relatório: pela aprovação

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)

14/08/2019, ÀS 10H

PL nº 1.510/2015, que proíbe o repasse ao consumidor de qualquer valor a título de corretagem.

Relator: dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 7.210/2017, que altera o artigo 1.033 do Código Civil para estipular que o prazo para a reconstituição da pluralidade de sócios nas sociedades empresariais simples será de 360 dias, sob pena de dissolução da sociedade.

Relator: dep. Emanuel Pinheiro Neto (PTB-MT)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 8.134/2017, que altera a Lei de Falência e Recuperação Judicial com

o objetivo de permitir a manifestação prévia de credores da decretação de falência ex officio pelo juiz.

Relator: dep. Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE-RJ)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 8.438/2017, que torna obrigatória a presença da funcionalidade de recepção de sinais de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (FM) nos aparelhos celulares fabricados ou montados no país.

Relator: dep. Amaro Neto (PRB-ES)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 8.657/2017, que altera a Lei das Sociedades por Ações para disciplinar a responsabilidade civil e o dever de informar dos administradores das companhias.

Relator: dep. Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE-PE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

FIQUE DE OLHO

PL nº 9.304/2017, que altera o Código de Defesa do Consumidor para tornar obrigatória a comunicação sobre a periculosidade de produtos introduzidos no mercado nacional que foram objeto de chamamento (recall) no exterior e para tipificar como crime a ausência dessa comunicação.

Relator: dep. Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE-PE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 11.275/2018, que altera a Lei de Defesa da Concorrência para prever novas disposições aplicáveis à repressão de infrações à ordem econômica.

Relator: dep. Amaro Neto (PRB-ES)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 2.081/2019, que altera o Decreto-Lei nº 1.598/1977, que dispõe sobre o Imposto de Renda, para estender às sociedades limitadas benefício tributário especial aplicável à subscrição de ações de emissão de companhias.

Relator: dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 2.298/2019, que estabelece a possibilidade de transferência de empregado entre empresas do mesmo grupo econômico, dispensada a demissão, e dá outras providências.

Relator: dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)

13/08/2019, às 15H

Audiência pública para debate da Reforma Tributária.

14/08/2019, às 10H

PL nº 1.887/2015, que altera a legislação tributária federal relativa a multas tributárias, à tributação dos juros sobre o capital próprio e à extinção da punibilidade em crimes contra a ordem tributária.

Relator: dep. Lucas Vergilio (SOLIDARIEDADE-GO)

Relatório: pela rejeição.

PL nº 8.987/2017, que altera a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, para permitir a emissão de cédula de crédito bancário sob a forma escritural e equiparar a cédula de crédito eletrônica àquela constituída em meio físico para fins de cobrança.

Relator: dep. Lucas Vergilio (SOLIDARIEDADE-GO)

Relatório: pela aprovação, nos termos do substitutivo.

PL nº 2.686/2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inserir nas contratações que envolvam a aquisição de equipamentos de informática as especificações técnicas dos programas de informática respectivos.

Relator: dep. Celso Sabino (PSDB-PA)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA (CME)

13/08/2019, às 10H

Audiência pública para tratar do desenvolvimento da energia solar fotovoltaica no Brasil.

14/08/2019, às 10H

PL nº 7.728/2014, que altera a Lei da Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia para estabelecer medidas de compensação tributária para indústrias de consumo eletrointensivo que reduzam espontaneamente a demanda de energia elétrica no processo produtivo.

Relator: dep. João Carlos Bacelar (PL-BA)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
(CSPCCO)

14/08/2019, às 14H

PL nº 8.274/2017, que altera a Lei de Segurança para Estabelecimentos Financeiros para obrigar tais estabelecimentos a manterem circuito fechado de televisão que atenda aos requisitos mínimos estabelecidos pelo Departamento de Polícia Federal, devendo as imagens ser armazenadas por, pelo menos, 60 dias.

Relator: dep. Vinicius Carvalho (PRB-SP)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E
FAMÍLIA (CSSF)

14/08/2019, às 9H30

PL nº 5.193/2016, que acrescenta dispositivo à Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, para aplicá-la também às instituições previdenciárias.

Relatora: dep. Soraya Manato (PSL-ES)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 6.676/2016, que dispõe sobre a proibição de cobrança de quaisquer tarifas nas contas bancárias utilizadas para recebimento de benefícios pagos em decorrência de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Relator: dep. Hiran Gonçalves (PP-PR)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 2.034/2019, que altera a Lei nº 8.032/1990, que dispõe sobre isenção ou redução de impostos de importação, para isentar de impostos a importação de equipamentos e insumos sem produção nacional utilizados no atendimento de usuários do Sistema Único de Saúde, quando a empresa produtora tiver investimentos em pesquisa, desenvolvimento ou inovação no território brasileiro.

Relator: dep. Diego Garcia (PODE-PR)

Relatório: pela aprovação.

